

Identidade sexual na ficção televisiva

Fernanda Castilho Santana*

Resumo

O objetivo com este artigo é definir alguns pontos de discussão relacionados à abordagem do tema “homossexualismo feminino” na ficção televisiva brasileira. A reflexão proporciona observações a respeito das tendências de mudança no tratamento do assunto na TV, nomeadamente nos últimos dez anos, no tocante às produções da Rede Globo.

Palavras-chave: *Homossexualidade. Telenovelas. Media. Ética.*

* Mestranda em Comunicação e Jornalismo pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Jornalísticos. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo – pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É bolsista do projeto “Representação na imprensa e na televisão da imigração e da diversidade étnica, lingüística, religiosa e cultural”, apoiado pelos órgãos portugueses Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e Entidade Reguladora para os meios de Comunicação (ERC). E-mail: fernandacasty@yahoo.com.br.

Introdução

Ao longo da história da ficção televisiva seriada brasileira, diversos assuntos que envolvem a discussão ética e moral vêm sendo explorados pelos geradores de conteúdo. Em especial no tocante às telenovelas produzidas no Brasil, o dilema se constrói em torno da decisão de explorar, ou não, determinados assuntos essencialmente polêmicos. A resolução geralmente parte da equipe da emissora que produz o conteúdo e, principalmente, do novelista. Geralmente a decisão é mediada por uma série de constrangimentos, dentre os quais, nomeadamente, os principais são os índices de audiência e o impacto do assunto na sociedade.

Nos últimos dez anos, um assunto relativamente polêmico inserido no conteúdo das telenovelas brasileiras da Rede Globo de Televisão é o homossexualismo e, em especial, o lesbianismo. Desde 1998, quando um novelista optou por acabar com um casal de lésbicas logo no início na novela, o assunto não parou de ser discutido nos *media* brasileiros e em diversas publicações GLS. A polêmica voltou à agenda midiática quando, em 2003, outro casal lesbiano ressurgiu, numa produção também da Globo, e repercutiu positivamente, aumentando os índices de audiência da novela. Desde 2003, o homossexualismo vem sendo assunto corrente em quase todas as novelas, o que nos leva a refletir a respeito das tendências de mudança e dos dilemas éticos e morais enfrentados e superados, tanto pelo público quanto pelos produtores.

O objetivo com este artigo é oferecer uma breve análise das tendências de mudança da imagem do homossexualismo feminino nas telenovelas brasileiras nos últimos dez anos e refletir a respeito de algumas questões relacionadas aos dilemas éticos e morais suscitados pela temática. Para isso, descrevemos previamente alguns conceitos de sexualidade, homossexualismo e dos principais momentos da história do homossexualismo feminino no Brasil e sua inserção nos *media*. Para além dessa perspectiva histórica, refletimos sobre o tema utilizando os conceitos da teoria filosófica do subjetivismo em Ética, relativos ao homossexualismo. A discussão percorre alguns conceitos, como preconceito, aceitação e o dilema maniqueísta se o homossexualismo é ou não correto e até que ponto se deve expô-lo nos *media*.

Sexualidade, uma perspectiva foucaultiana

Quando pensamos no tema homossexualismo devemos refletir, primeiramente, a respeito de alguns dos conceitos sobre a sexualidade discutidos no último século. Um dos pensadores do pós-estruturalismo que dedicou boa parte de sua obra a esse assunto foi o filósofo Foucault

(1990), autor de uma série de livros intitulada *História da sexualidade*. De acordo com a definição de Foucault, a sexualidade é algo que se constrói, que nós mesmos criamos e, portanto, faz parte de nossa conduta e define a liberdade perante nossos usos do mundo.

Para o autor, a condução das nossas escolhas sexuais são maneiras pelas quais se torna possível criar novas formas de interação social e uma vida cultural mais criativa. Foucault defende, ainda, que a sexualidade, tal qual a conhecemos hoje, tornou-se uma das fontes mais produtivas de nossa sociedade e de nosso ser. Ao defender essa posição, Foucault deixa clara a idéia de que devemos avançar para além da liberação sexual e colocar em questão novas formas de interagir perante a sociedade, exigindo a possibilidade e o direito de cada indivíduo escolher a sua própria sexualidade.

Ao defender a liberação sexual, Foucault quer ir além do conceito de tolerância sexual, em que os indivíduos são respeitados, mas não estão totalmente inseridos no contexto sociocultural. Dessa forma, entre as questões discutidas pelo autor estão os problemas que os homossexuais ainda enfrentam atualmente. Em termos históricos recentes, desde o início da década de 1960, a discussão sobre a liberação sexual obteve um avanço positivo, mas para Foucault esse processo de abertura de mentalidades não foi suficiente, por isso ele declara que é preciso reafirmar a sexualidade:

Nós devemos ainda dar um passo adiante, penso eu. Eu acredito que um dos fatores de estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades nas sociedades, a arte, a cultura de novas formas que se instaurassem por meio de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa. (FOUCAULT, 1990)

Para além de trabalhar com a questão da liberação sexual, Foucault também centra suas reflexões sobre assuntos como sexualidade e identidade, sociedade e relações de poder. O autor relembra fatos importantes da história da homossexualidade que envolviam relações de poder, como as ações de opressão no final do século XIX e início do século XX. Naquela época, uma das maneiras de repreender os homossexuais era tratá-los como se fossem doentes, dando-lhes medicamentos e menosprezando-os. Esses fatos históricos nos permitem compreender como a luta pela liberação sexual traduz-se também numa luta de poderes, que se configura até hoje na tensão entre os homossexuais, o Estado e a sociedade.

Outro assunto relativo aos usos do poder e novas formas de perpassar os domínios preestabelecidos, para Foucault, pode ser representado pelo lesbianismo. De acordo com a perspectiva do filósofo, as mulheres passaram durante séculos e séculos isoladas, frustradas e desprezadas de várias maneiras, em uma sociedade essencialmente machista, e, dessa forma, o movimento lésbico proporcionou-lhes uma possibilidade real de constituir uma sociedade interna, fora do mundo dominado pelos homens. Portanto, o movimento lésbico se configuraria como uma maneira de estabelecer poder e identidade.

O subjetivismo em ética e o homossexualismo

Após uma breve reflexão sobre a perspectiva foucaultiana, podemos começar a entender alguns conceitos sobre a sexualidade e o homossexualismo. A partir daí, é possível estabelecer um panorama mais voltado para a discussão ética e moral sobre as questões do homossexualismo. A discussão parte de uma óptica inclinada para o pensamento da teoria filosófica do subjetivismo em Ética. De acordo com Rachels (2004, p. 57), o subjetivismo ético é a idéia segundo a qual nossas opiniões morais se baseiam nos nossos sentimentos e nada mais. Portanto, nessa perspectiva, o “objetivamente” certo ou errado é coisa que não existe porque, segundo esse pensamento, agir de maneira moralmente aceitável é privilegiar uma felicidade própria. Segundo o pensamento subjetivista, a decisão do que está certo ou não é tomada de acordo com a opinião de quem emite o juízo de valor. Rachels explica que no pensamento subjetivista há uma terceira alternativa que admite a idéia de que as pessoas têm opiniões diferentes. Nesse caso, o homossexualismo seria correto ou incorreto, dependendo do ponto de vista de quem avaliasse a questão. “No que concerne à moral não há ‘fatos’, e ninguém está ‘certo’. As pessoas simplesmente sentem de forma diferente, e é tudo”. (RACHELS, 2004, p. 56)

Ainda de acordo com essa teoria filosófica, no que tange ao homossexualismo, o fato de algumas pessoas terem preferências sexuais diferentes não significa dizer que uma coisa seja boa e outra má; apenas o que poderemos dizer é que quando alguém se refere de uma maneira pejorativa aos homossexuais está a afirmar algo sobre os seus sentimentos diante deles. Assim, essa pessoa confirma uma idéia que não possui um fundamento em si e suas atitudes e sua retórica seguem apenas os seus sentimentos perante determinada questão, de acordo com seus preceitos culturais. Provar a correção das nossas opiniões éticas é uma questão delicada porque, para os dilemas éticos, não existem observações e expe-

riências científicas. Portanto, resta apenas seguir o pensamento racional e fornecer razões, analisar argumentos, estabelecer e justificar princípios, como provar a correção de uma idéia e tentar persuadir o outro a aceitar as provas (RACHELS, 2004).

Dessa maneira, a avaliação do homossexualismo discutida sob a ótica dessa teoria filosófica permite diferentes interpretações. Rachels (2004) conclui que, para os subjetivistas, o fato mais pertinente é que os homossexuais seguem o único tipo de vida que lhes dá oportunidade de serem felizes e vivem com quem os atrai sexualmente ou amam. E, neste caso, afirmar que as pessoas não deveriam expor sua sexualidade é condená-las a uma vida de infelicidade.

Contrário à natureza?

Relativamente às questões éticas suscitadas pelas discussões a respeito da sexualidade, refletimos a respeito de dois argumentos essenciais que costumam ser utilizados como bases factuais pela sociedade para defender suas idéias perante o homossexualismo. O primeiro refere-se à afirmação habitual de que o homossexualismo é “contrário à natureza”. Primeiramente, devemos considerar até que ponto se trata de uma idéia verídica, porque até a ver figura-se apenas como uma afirmação vaga. Um dos filósofos que sistematizou o pensamento a respeito das questões da natureza humana foi Hume (1888, p. 547-548) e, segundo ele, a própria definição da palavra natureza é ambígua e equívoca.

[...] Também se pode opor natureza a raro e não usual; neste sentido da palavra, que é o sentido corrente, surgem discussões sobre o que é ou não é natural, e de modo geral podemos afirmar que não possuímos nenhum critério muito preciso que permita dirimir estas discussões. A frequência e a raridade dependem do número de casos que observamos: e como este número pode aumentar ou diminuir gradualmente, será impossível fixar limites precisos entre eles.

Além de esclarecer o conceito de natural, Hume reflete, também, sobre o sentido dos sentimentos morais e afirma que é impossível encontrar em qualquer nação alguém que esteja destituído do sentimento de aprovação ou desaprovação diante de determinados comportamentos. Dessa maneira, a afirmação de que homossexualidade é “contrária à natureza” refere-se apenas a uma suposição vaga, advinda apenas de sentimentos morais enraizados na constituição do caráter e do espírito humano dos apreciadores do comportamento alheio.

A afirmação de “contrário à natureza” também pode referir-se a uma noção estatística e a uma qualidade humana só é natural quando partilhada pela maioria. Nesse sentido, a homossexualidade não seria natural, assim como também não seria natural ser canhoto, mas a condição de canhoto não é considerada um mal. Desse modo, podemos notar que se trata de uma afirmação infundada. Outro significado da expressão “contrário à natureza” pode estar ligado à finalidade das coisas. Em termos práticos, significa que os órgãos sexuais foram concebidos apenas para a procriação e considera-se errado o uso fora desses fins. Entretanto, de modo idêntico, outros usos dos órgãos genitais têm sido feitos, como o sexo oral e até mesmo o sexo praticado por mulheres após a menopausa, sem que nenhuma dessas práticas tenha sido condenada ou consideradas “contrárias à natureza”. Nota-se que nenhuma dessas afirmações têm qualquer tipo de sustentação factual e não há razões para aceitar tais conclusões, tendo em vista que a linha do raciocínio está incorreta.

Sociedade cristã e os “valores da família”

A respeito dos argumentos contra o homossexualismo, encontramos outra afirmação curiosa nos fundamentalistas religiosos: as relações homossexuais são contrárias aos “valores da família”. Frequentemente utilizada, a expressão baseia-se nos preceitos que condenam qualquer atitude que ameace a “família”, como o divórcio, o aborto, a pornografia e o adultério. Entretanto, a luta pelos direitos homossexuais está justamente repleta de propostas para a permissão de constituir uma família por meio do casamento. Logo, aparenta ser outro argumento desprovido de comprovação.

E não cessam as definições que estigmatizam os homossexuais com argumentos infundados. Um dos fundamentos mais utilizados pelos religiosos contra a prática homossexual é a condenação desse comportamento pela Bíblia. Tratando-se de um livro sagrado para os religiosos, quando um preceito está documentado em seu conteúdo, parte-se do princípio de que os mandamentos deveriam ser seguidos corretamente. Podemos notar que a sociedade cristã atualmente não cumpre nem a metade das orientações descritas no *Levítico*, por exemplo. Tais mandamentos orientam a proibição de ingestão de gorduras e a obrigação de fazer a barba quadrada. Portanto, de acordo com Rachels (2004), se a maior parte desses argumentos está ultrapassada nos dias de hoje e são completamente descabidos, por que os preceitos relativos aos homossexuais não o seriam?

Homossexualismo feminino

No que se refere à homossexualidade feminina, o conceito de lesbianismo surgiu no século VI, na ilha grega de Lesbos (hoje chamada Mitilene), com a poetisa Safo, autora de nove livros que proclamam discretamente os encantos do amor entre mulheres (MOTT, 1987). Tanto os nomes da poetisa, como o da ilha, tornaram-se sinônimos da homossexualidade feminina, geralmente conhecida por meio de termos como amor sáfico, safismo, amor lésbico, lesbianismo, lesbiana, lésbica, etc.

Ao longo da história, diversos cientistas sociais e antropólogos estudaram o amor entre iguais e encontraram vestígios da prática em diferentes povos e culturas. De acordo com Mott (1987), o homossexualismo no Brasil surgiu muito antes de seus colonizadores descobrirem as terras tupiniquins. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, ficaram estarecidos não apenas com os corpos nus e bronzeados dos nativos, mas, sobretudo, com a “devassidão” deles. Em relação ao comportamento dos índios nativos brasileiros, Gabriel Soares de Sousa (*apud* MOTT, 1987, p. 22) descreve: “São os Tupinambá tão luxuriosos que não há pecado de sensualidade que não cometam. São muito afeiçoados ao pecado nefando (homossexualismo), entre os quais se não têm por afronta”.

Na atualidade, as lésbicas continuam a sofrer diferentes formas de discriminação e homofobia. Mott (1987, p.180) coloca o exemplo da retórica popular, onde em alguns lugares do Brasil é comum ouvir-se “Prefiro ter uma filha puta do que sapatão”. Entretanto, ao longo dos anos, as lésbicas ganharam espaço na sociedade por intermédio dos *media*. As revistas femininas iniciaram, na secção de cartas, um verdadeiro mural de diferentes depoimentos relativos aos sentimentos homossexuais. Os jornais e as emissoras de televisão também incluíram conteúdos que nomeadamente contam histórias, reais ou ficcionais, das lésbicas e seus dilemas vivenciados na sociedade.

Um dos obstáculos enfrentados pelos *media* em relação à exposição desse assunto foi a censura. No Brasil, a censura à homossexualidade na TV transitou por diferentes períodos, da tolerância à proibição. Portanto, no que diz respeito ao espaço destinado ao assunto homossexualidade feminina, há muito que se observar relativamente à maneira como estão representadas as lésbicas nos *media* televisivo e na produção ficcional brasileira.

As lésbicas nas telenovelas brasileiras

No tocante às produções da Rede Globo de Televisão, podemos notar um avanço em termos de produção e exibição do homossexualismo feminino nos últimos anos. De acordo com a aceitação do público, alguns

autores de telenovelas brasileiras têm se mostrado mais abertos a escrever episódios em que se podem notar personagens lésbicas e, além disso, desenlaces amorosos entre elas. A Globo, nos últimos anos, exibiu diferentes produções desse gênero que levaram o assunto ao debate público. Em termos de história das telenovelas brasileiras da Globo, a primeira vez que o tema foi exibido de maneira explícita na “telinha” ocorreu em 1980, com a série *Malu Mulher*, protagonizada pela atriz Regina Duarte.

Apesar de já nos inícios dos anos 70, na novela 'Rebu', o dramaturgo Bráulio Pedroso insinuar algumas situações de lesbianismo, de 1980 para cá o amor entre mulheres todos os anos se fez presente em nossos canais de televisão, no mais das vezes, contudo, prevalecendo imagens estereotipadas quando não caricatas. O ponto alto da TV brasileira no enfoque da homossexualidade feminina foi na série 'Malu Mulher', com o episódio intitulado 'A Amiga' (TV Globo, 1980), onde a 'namoradinha do Brasil', Regina Duarte, manteve um simpático envolvimento lésbico com Angela Leal. (MOTT, 1987, p. 182-183)

O caso Torre de Babel

Em 25 de maio de 1998, estreou no Brasil a novela *Torre de Babel*, escrita por Sílvio de Abreu. Na época em que a novela começou a ser exibida, o autor foi severamente criticado pela população e pelos *media* por reunir na trama diferentes assuntos polêmicos, como o uso de drogas, a violência doméstica e o lesbianismo. Após o bombardeio de críticas e a queda nos índices de audiência, Sílvio de Abreu optou, logo ao início da trama, por extinguir os personagens que causavam polêmica e entre eles estava o casal lésbico protagonizado por duas consagradas atrizes.

Desde o início da trama, as personagens Leila (Sílvia Pfeifer) e Rafaela (Christiane Torloni) figuravam um casal homossexual de executivas bem resolvidas e desprovidas de conflitos em relação à opção sexual. Moravam juntas num confortável apartamento e aparentavam ser felizes, ou seja, notadamente vivenciavam um cotidiano idêntico ao de qualquer outro casal heterossexual de meia-idade pertencente à classe média alta brasileira. Entretanto, não foram bem recebidas pelo público e, sem sucesso, acabaram morrendo numa explosão de um *shopping center*, que pôs fim não apenas ao casal, mas a outros “problemas” da trama de Sílvio de Abreu. Portanto, para tentar elevar os índices de audiência, o autor da telenovela optou por acabar com o casal homossexual que poderia ser um dos motivos de baixa receptividade de sua história.

A vez de *Mulheres Apaixonadas* e *Senhora do Destino*

Após cinco anos do desastre, que liquidou as lésbicas na história de Sílvio de Abreu, outra telenovela abordou o assunto lesbianismo de maneira bastante diferente. Em *Mulheres Apaixonadas*, escrita por Manuel Carlos, duas meninas jovens e melhores amigas se apaixonam e tentam descobrir seus medos e inseguranças perante a sociedade e consigo mesmas. Clara (Aline Moraes) e Rafaela (Paula Picarelli) têm mais ou menos a mesma idade, uma delas aparenta assumir sua sexualidade desde o início da trama e a outra deixa-se levar pelos novos sentimentos. Os temas costumeiramente abordados por Manuel Carlos em suas novelas são os casos amorosos e os conflitos de família. Uma das personagens que vivenciam a história enfrenta um conflito com a mãe, justamente porque ela não aceita a “amizade” com a melhor amiga/amante. A opção de introduzir um casal lésbico, com personagens repletas de conflitos emocionais e familiares foi uma escolha bastante feliz em termos de produção, tanto que o casal iniciou sua participação com pouco espaço nos capítulos e terminou como um dos principais assuntos tratados em *Mulheres Apaixonadas*.

Em *Senhora do Destino*, escrita por Aguinaldo Silva, o autor utiliza quase a mesma fórmula de Manuel Carlos e introduz um casal jovem homossexual. Nessa trama, uma das personagens, Eleonora (Mylla Christie), é mais velha e já teve outras experiências homossexuais quando se envolveu com Jenifer (Bárbara Borges). Durante a história, Jenifer ainda vivencia um sentimento novo com Eleonora e enfrenta diversos conflitos familiares por causa do relacionamento. O dilema entre iniciar ou não o namoro e assumir publicamente o romance é um dos motivos do sucesso das personagens.

Uma característica importante a observar trata-se do fato de que, tanto em *Mulheres Apaixonadas* como em *Senhora do Destino*, as personagens fazem apelo ao imaginário sexual masculino. De acordo com Mott (1987, p. 186-187), o prazer da mulher e o erotismo feminino são fatos que pouco ou nada chocam o homem normal, ainda que os meios empregados sejam desviados:

As atividades do amor lésbico não são muito diferentes das que acompanham ou precedem o amor normal. Assim o homem heterossexual sentir-se-á muito mais atraído pelo erotismo sáfico imaginado, representado, do que pela imaginação ou representação nas pederásticas que o chocam. [...] homem não só tem indulgência, mas por vezes até uma certa complacência pelo safismo.

Talvez se encontre nesse apelo outro motivo pelo qual podemos explicar o sucesso dos romances de Manuel Carlos e Aguinaldo Silva e o fracasso do casal lésbico de executivas de Sílvio de Abreu. Uma das conhecidas fantasias sexuais masculinas é assistir ao envolvimento de duas mulheres, especialmente se forem jovens, bonitas, desprovidas de muitas roupas e ainda com uma expressão inocente no rosto. Essa foi a fórmula de sucesso das personagens lésbicas até o momento e parece ser a maneira encontrada pelos autores para abordar um assunto polêmico e, ao mesmo tempo, garantir índices favoráveis de audiência.

Beija ou não beija?

O dilema de exibir ou não um beijo *gay* é uma das árduas tarefas a resolver por parte dos detentores do poder de conteúdo da ficção televisiva. Por um lado, está a vontade de explorar um tema polêmico que pode aumentar os índices de audiência e surpreender positivamente o público. Por outro, o senão do possível fracasso e total rejeição às cenas que evoquem a moral e o pudor do público. O que podemos dizer é que os autores das telenovelas, quando optam por exibir temas polêmicos, sabem previamente que correm o risco de ser ou não bem-sucedidos.

Uma das questões bastante discutidas nos *media* brasileiros foi a proibição, por parte da Rede Globo, de beijos entre lésbicas nas suas produções, antes mesmo que as cenas fossem ao ar. Diferentes matérias em revistas, jornais e televisão brasileiros repercutiram tal proibição, por exemplo, na telenovela *Torre de Babel*. Um provável beijo entre as personagens Leila e Rafaela estava sendo planejado pelo autor, que decidiu primeiro avaliar a aceitação do casal homossexual. No decorrer na trama, como já mencionamos, Sílvio de Abreu desistiu até de colocar adiante o romance lésbico.

Verdade seja dita, pelo número de matérias relacionadas ao que podemos chamar de especulação da ficção televisiva, manancial inacessível à imprensa cor-de-rosa, e não somente, o assunto “homossexualismo” tem rendido diversas notas e reportagens nos *media* brasileiros. Outro caso bastante repercutido foi também sobre o possível beijo entre o casal lésbico de *Mulheres apaixonadas*. Durante a trama, o autor manteve o suspense e, no último capítulo, decepcionou a comunidade *gay* brasileira com apenas a insinuação do beijo entre as duas personagens.

Em *Senhora do destino*, um ano depois, mais uma vez a história do beijo lésbico veio à tona. Será que o autor vai permitir cenas mais *calientes* entre as personagens? Qual será a reação da sociedade? E como irão reagir os fervorosos religiosos? Desta vez, o beijo também não foi libera-

do, mas houve até cenas que mostravam o casal seminu num motel.

O fato é que desde o lançamento da Portaria n. 264, do Ministério da Justiça brasileiro, instituindo o regime de classificação indicativa para obras audiovisuais veiculadas na televisão, ampliando a Lei do Audiovisual e proibindo cenas que pudessem ser “agressivas” aos telespectadores, diversos conteúdos deixaram ser exibidos. O lançamento dessa nova portaria levantou uma série de questões relativamente ao fato de os mecanismos de regulação e auto-regulação serem inconstitucionais, tendo em vista que a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão independentemente de censura ou licença. A rigor, uma obra não poderia passar por uma regulação prévia antes de ser exibida.

De acordo com Gozávez (2004), a TV e o cinema são meios que trabalham com relatos e narrações que transmitem histórias de vida que contêm, irremediavelmente, imagens tanto do bem como do mal e apelam para a identificação e o contágio sentimental. Gozávez (2004) afirma que, apesar de esses meios audiovisuais despertarem emoções, não constituem obstáculo suficiente para barrar a racionalização a respeito do correto e do incorreto. A espetacularização do mundo pela TV e pelo cinema é um fato corrente, porém é preciso que haja uma educação para consumo dos *media*, o que significa dizer que os telespectadores devem selecionar aquilo a que devem assistir. Ainda conforme Gozávez (2004), não podemos confundir um tipo de programação da TV com todo o universo da TV. Portanto, pertence ao telespectador a decisão de racionalizar a respeito do consumo de TV, e não às regulações como a Lei do Audiovisual decidirem o que os cidadãos devem ou não assistir. A discussão aqui é: até que ponto esses mecanismos de regulação e auto-regulação transformam-se em censura?

Torna-se necessária, portanto, a reflexão a respeito de até que ponto é moralmente aceitável exibir cenas de lésbicas entre carícias na televisão, à mercê de crianças e adolescentes assistirem a determinados comportamentos. Foucault (1990) responderia que é completamente permissível, tendo em vista que a sexualidade é algo que não envolve apenas sexo, mas amor, portanto o lesbianismo é uma prática aceitável e, além disso, podemos que os homossexuais devem interagir socialmente, o que significa que a prática é até saudável para que os jovens cresçam conhecendo as diferentes opções sexuais.

Os fundamentalistas religiosos diriam que é um absurdo, porque é preciso apenas tolerar os homossexuais, mas não permitir que eles se relacionem sexualmente, porque é “pecado”. Alguns pais de família usariam a antiga afirmação de que homossexualismo é “contrário à natureza”, de-

monstrando sua indignação diante dos atos exibidos na TV, que podem incentivar comportamentos “errôneos” nos jovens. Já a teoria filosófica do subjetivismo em Ética será bastante tolerante e dirá que o correto depende de quem está emitindo o juízo de valor e que é incorreto repreender os homossexuais porque, sem expor a sua sexualidade, não conseguem viver uma vida feliz. Entretanto esses são apenas alguns dos dilemas levantados pelo tema, que pode ser pensado de diferentes pontos de vista, mas sempre baseado na tríade: quem produz, quem regula e quem assiste.

Conclusão

O que podemos concluir nesta breve reflexão é que se nota um avanço quando se observa a inserção de personagens homossexuais femininos na ficção televisiva seriada brasileira nos últimos dez anos. Se pensarmos que na década de 1980 às vezes a alusão às lésbicas era bastante sutil e camuflada, como na série *Anos Dourados*, em que há uma solteirona que apenas nos capítulos finais muda-se para São Francisco, nos EUA, para morar com uma amiga; ou em *Selva de Pedra*, em que à beira da piscina cruzam-se olhares entre as duas atrizes Cristiane Torloni e Beth Goulart, podemos considerar que as lésbicas vêm conquistando um espaço na TV brasileira antes inimaginável.

Durante este trabalho, foi possível pensar as tendências de mudança no padrão de exibição da imagem das lésbicas nas telenovelas brasileiras ocorridas em um curto espaço de tempo. Enquanto em 1998 um casal lésbico de executivas não conquista o público, a partir de 2003, diferentes casais homossexuais ganharam espaço de diversas formas. Em termos de produção, várias questões permanecem para a reflexão. De que maneira as lésbicas são estereotipadas? A abordagem trabalha questões como preconceito e homofobia? E em termos de recepção, como é a reação do público? Exibir homossexuais na televisão é moralmente aceitável?

Podemos nos questionar se chegará um dia em que veremos, nas telenovelas, casais homossexuais entre beijos e carícias como presenciamos os casais heterossexuais. De acordo com um raciocínio cronológico, se pensarmos na evolução do conteúdo permitido pelos mecanismos de censura, observaremos um avanço nesse sentido, ou seja, daqui a alguns anos isso acontecerá, sim, se ninguém impedir. O fato é que hoje os organismos de regulação e auto-regulação são outros, porém alguns ainda agem conforme as mesmas regras. Outras vezes são os fornecedores de conteúdo que estabelecem seus próprios padrões e definem os assuntos que vão ser exibidos nas redes de televisão. E, com certeza, os telespectadores, quase sempre, são os últimos a serem consultados.

Referências

- CASTRIM, M. *Televisão e censura*. Porto: Campo das Letras, 1996.
- CORNU, D. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- CONILL, J.; GOZÁLVEZ, V. *Ética de los médios: una apuesta por una ciudadanía audiovisual*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- ESTEVES, J. P. *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade e política*. Organização de Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. 10ª ed. São Paulo, Graal, 1990
- FOUCAULT, M. Michel Foucault, an interview: power and the politics of identity. *The Advocate*, v. 400, p. 26-30, 58, 1984.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1888.
- MOTT, L. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- PICKETT, Brent. Homosexuality. 2006. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2006/entries/homosexuality/>. Acesso em: maio 2008.
- RACHELS, J. *Elementos de filosofia moral*. Lisboa: Gradiva, 2004.